Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS**, sociedade anônima de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas – DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp, em 25/10/1991, tem como principais acionistas o Governo do Estado de São Paulo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp e como missão a **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**.

Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional é uma empresa de economia mista de direito privado e financeiramente não dependente do Governo do Estado de São Paulo, que presta **serviços de engenharia, arquitetura e gestão predial** aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos.** As suas atividades são desenvolvidas com **Eficiência:** atividades que geram resultados e confiança, **Agilidade:** atendimento das solicitações dos clientes com presteza, e, **Autenticidade:** relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade, atuando no gerenciamento de obras, fiscalização de convênios, elaboração de projetos de obras, gerenciamento da elaboração de projetos de obras, regularização fundiária, licenciamento ambiental, orçamento de obras, gestão de prédios públicos, avaliação patrimonial, apoio técnico a licitações, dentre outras.

Principais Realizações

A Companhia, em 2012, assinou **126 contratos de prestação de serviços**, que somam aproximadamente **R$31.654 mil,** com destaque aos seguintes clientes, empreendimentos e serviços: **Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS** – elaboração de projeto executivo para reforma e ampliação de diversas Escolas Técnicas no Estado de São Paulo (Catanduva, Orlândia, Jau – urbano e rural, São Manuel, Limeira, Amparo, Ourinhos, Assis, Andradina e Tatuí); gerenciamento da execução das obras de restauro da FATEC Santos/SP e de construção do auditório, passarelas cobertas, vestiários e muros da ETEC Birigui/SP; elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de imóveis; **Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania** – gerenciamento das obras de acessibilidade de diversos Fóruns (Araras, Campos do Jordão, Cruzeiro, Franco da Rocha, Guarujá, Ilhabela, Jaboticabal, Jales, Mauá, Miguelópolis, Mococa, Monte Alto, Olímpia, Paraguaçu Paulista, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz, Porto Ferreira, Santa Fé do Sul, Santa Rosa de Viterbo, São Caetano do Sul, São Carlos - Cível e Criminal, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Taboão da Serra e Valinhos); gerenciamento das obras de construção dos Fóruns de Ilha Solteira e Mogi das Cruzes; gerenciamento e fiscalização da conclusão das obras de construção, reforma, ampliação e acessibilidade de diversos Fóruns (Apiaí, Araçatuba, Assis, Auriflama, Avaré, Bastos, Birigui, Campinas, Caraguatatuba, Cardoso, Dracena, Estrela D'Oeste, Itanhaém, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Jaú, Mirassol, Mongaguá, Pacaembu, Palmeira D'Oeste, Pederneiras, Presidente Prudente, Rio Claro, São João da Boa Vista, Teodoro Sampaio e Votuporanga); gerenciamento e fiscalização das obras de reforma e ampliação de diversos Fóruns (Bragança Paulista, São Carlos - Cível e Valparaíso); elaboração de documentação da Pasta Técnica para licitação de obra; elaboração de projeto básico de implantação, projetos legais, orçamento e projeto executivo para construção, reforma e adequação para acessibilidade; **Secretaria Estadual da Administração Penitenciária – SAP** – gerenciamento das obras e serviços de construção da Penitenciária Masculina de Mairinque, do Centro de Progressão Penitenciária de Porto Feliz e da Penitenciária Feminina com Ala de Progressão de Mogi-Guaçu; gerenciamento das obras e serviços de motomecanização para limpeza do terreno e terraplenagem de adequação da área de implantação da Penitenciária Masculina de Registro; elaboração de projeto básico de implantação e orçamento para a construção do Centro de Ressocialização Masculino de Ourinhos; elaboração de laudo técnico de avaliação do valor de mercado e assistência técnica em perícia judicial, de imóveis destinados à construção de unidades prisionais no Estado de São Paulo; **Instituto de Botânica/Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, Delegacia Seccional de Campinas, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN** – elaboração de projetos básico, executivo, legal e estrutural, material licitatório e apoio técnico na licitação; atualização e revisão do orçamento da obra de construção; **Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado – ARSESP, Secretaria Estadual da Casa Civil, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, Companhia Energética de São Paulo – CESP, Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS, Secretaria de Estado da Cultura, Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Secretaria Estadual da Fazenda, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP, Tribunal de Justiça Militar, Companhia do Metropolitano de São Paulo – MÊTRO, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Secretaria da Saúde** – elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado para locação e venda de imóveis; elaboração de laudos técnicos de assistência em perícia judicial para imóveis; **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM** – elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado de imóveis; execução de auditoria e laudo de aferição entre itens medidos e realizados para a verificação das obras de construção de estações da CPTM; **Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP** – elaboração de laudo técnico de assistência em perícia judicial; consultoria, análise e diagnósticos situacionais de áreas, visando futura regularização fundiária dominial; **Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA** – elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado para venda, locação e contratação de seguro de imóveis; regularização fundiária e urbanística de imóveis; **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia** – apoio nas vistorias de engenharia e análise de documentação técnica das medições de obras; **Estrada de Ferro de Campos do Jordão** – diagnóstico da situação fundiária de imóveis; **Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude** – elaboração de material licitatório e apoio técnico na licitação para a contratação de empresa especializada em projeto de restauro; gerenciamento da elaboração de projetos de restauro, reforma, adaptação e acessibilidade; elaboração de laudo técnico de avaliação de imóveis; **Secretaria Estadual de Gestão Pública** – elaboração dos projetos executivos para reforma dos edifícios do DETRAN; gestão predial para o edifício Adélia Saliba/Cidade III; e, **Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional** – elaboração de laudo técnico de avaliação dos valores de mercado, com auxílio e montagem da Minuta do Decreto Desapropriatório junto a PGE e assistência técnica em perícia judicial; gestão predial do Edifício CIDADE I, II e IV.

Os mencionados contratos de prestação de serviços, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores ainda em execução, geraram **receita de prestação de serviços** no montante de **R$67 milhões**, faturados de janeiro a dezembro de 2012.

O montante de **propostas de prestação de serviços**, em 2012, teve percentual de realização em torno de 53,92%. Foram elaboradas propostas para aproximadamente 230 empreendimentos, no valor total de **R$78.269 mil**. O valor das propostas que se tornaram contrato, somado àquelas com probabilidade positiva de se tornarem, giram em torno de **R$42.205 mil.**

O aumento do volume de negócios da CPOS e seu bom desempenho na viabilização de empreendimentos do Governo do Estado, que proporcionaram benefícios à sociedade paulista, tiveram como fator decisivo, a dedicação de seus colaboradores que trabalharam com eficiência, agilidade e autenticidade, sempre num ambiente de respeito, confiança e credibilidade.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de reais)

Ativo	NE	2012	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2012	2011
Circulante		**43.640**	**37.715**	**Circulante**		**22.687**	**17.385**
Caixa e bancos		4.315	4.073	Fornecedores		4.268	1.858
Aplicações financeiras	3b	7.958	13.121	Cauções e retenções contratuais		63	73
Clientes		13.602	4.574	Encargos sociais		882	801
Serviços em andamento		585	238	Provisão para férias		3.131	2.853
Créditos a receber	4	2.372	2.372	Obrigações tributárias		4.005	2.020
Outros créditos	5	4.521	3.939	Contas a pagar		523	383
Estoques		153	89	Contas correntes		7	298
Despesas antecipadas		326	210	Gestão predial	6	9.808	9.099
Gestão predial	6	9.808	9.099				
Não-circulante		**70.045**	**69.595**	**Não-circulante**			
Realizável a longo prazo		**24.216**	**23.715**	**Exigível a longo prazo**		**16.654**	**19.721**
Outros créditos		1.162	1.071	Provisão para contingências	13	10.307	12.756
Clientes	3c e 7	10.949	10.985	Obrigações a pagar	3c	6.244	6.862
(-) Provisão para perdas	7	(5.498)	(5.498)	Contas correntes		103	103
Pagamentos por conta de contratos	3c	149	149				
Depósitos judiciais		1.659	1.213	**Patrimônio líquido**		**74.344**	**70.204**
Imóveis destinados a venda	8	15.795	15.795	Capital social	15	88.645	88.645
Investimento	9	**31.628**	**31.628**	Reservas de capital	16	11.376	11.376
Propriedade para investimento		26.700	26.700	Ajuste de avaliação patrimonial	17	26.601	26.657
Outros créditos		4.928	4.928	Prejuízos acumulados	17 e 18	(52.278)	(56.474)
Imobilizado	3d e 10	**13.936**	**14.085**				
Intangível	11	**265**	**167**				
Total		**113.685**	**107.310**	**Total**		**113.685**	**107.310**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (NE 3a)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(em milhares de reais)

	NE	2012	2011
Receita Operacional Bruta			
Receita de prestação de serviços		67.155	45.060
Deduções da Receita Operacional			
Impostos e contribuições incidentes sobre serviços		(9.375)	(6.278)
Receita Operacional Líquida		**57.780**	**38.782**
Custos dos Serviços Prestados		(40.154)	(27.606)
Lucro (Prejuízo) Bruto		**17.626**	**11.176**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e gerais		(13.913)	(13.452)
Contingências judiciais		(1.634)	3.245
Despesas tributárias		(58)	(54)
Outras receitas e despesas		1.612	1.871
		(13.993)	(8.390)
Resultado de imóveis destinados a venda		(41)	(83)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**3.592**	**2.703**
Despesas financeiras		(139)	(190)
Receitas financeiras		1.227	2.493
Lucro (Prejuízo) antes da Tributação		**4.680**	**5.006**
Provisão IRPJ e CSLL	14	(540)	0
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	18	**4.140**	**5.006**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**88.645**	**11.771**	**26.712**	**(64.202)**	**62.926**
Redução a valor recuperável de ativo		(395)			(395)
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL - Parcelamento Lei 11.941/2009				2.667	2.667
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			(55)	55	-
Lucro líquido do exercício				5.006	5.006
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**88.645**	**11.376**	**26.657**	**(56.474)**	**70.204**
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			(56)	56	-
Lucro líquido do exercício				4.140	4.140
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**88.645**	**11.376**	**26.601**	**(52.278)**	**74.344**
	(NE 15)	(NE 16)	(NE 17)	(NE 3a, 17 e 18)	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO (NE 19)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(em milhares de reais)

Fluxos de caixa originados de:	2012	2011
Atividades operacionais		
Recebimento de clientes	56.574	43.365
Pagamento de fornecedores	(20.452)	(10.470)
Pagamento de salários, encargos e benefícios	(34.943)	(33.473)
Pagamento de tributos, contribuições e taxas	(5.855)	(3.384)
Pagamentos de contingências	(5.270)	(734)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	5.539	6.911
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.407)**	**2.215**
Atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(514)	(260)
Recebimentos pela venda de imóveis para venda	0	1.828
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(514)**	**1.568**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	0	0
Pagamentos de lucros e dividendos	0	0
Juros recebidos de empréstimos	0	0
Juros pagos por empréstimos	0	0
Empréstimos tomados	0	0
Pagamentos de empréstimos/debêntures	0	0
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**0**	**0**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(4.921)**	**3.783**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.194	13.411
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12.273	17.194

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**88.645**	**11.771**	**(64.202)**	**26.712**	**62.926**	**-**
Redução a valor recuperável de ativo		(395)			(395)	-
Transação de Capital com os Sócios					**(395)**	**-**
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL - Parcelamento Lei 11.941/2009			2.667		2.667	2.667
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			55	(55)	-	-
Outros Resultados Abrangentes					**2.667**	**2.667**
Lucro líquido do exercício			5.006		5.006	5.006
Resultado Abrangente do Período						**7.673**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**88.645**	**11.376**	**(56.474)**	**26.657**	**70.204**	**-**
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			56	(56)	-	-
Outros Resultados Abrangentes					-	-
Lucro líquido do exercício			4.140		4.140	4.140
Resultado Abrangente do Período						**4.140**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**88.645**	**11.376**	**(52.278)**	**26.601**	**74.344**	
	(NE 15)	(NE 16)	(NE 3a, 17 e 18)	(NE 3a e 17)		

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 – Vila Mariana – São Paulo/SP – Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação de nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em razão das características operacionais não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente – Pronunciamento Técnico CPC 12.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

c. Créditos a receber e obrigações a pagar

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, nas contas de "Clientes" e de "Pagamentos por conta de contratos", estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000. Da mesma forma, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000 o valor a pagar de R$ 1.194 mil, referente a ressarcimento de pessoal comissionado, contemplado na conta de "Obrigações a Pagar", do grupo de Exigível a Longo Prazo.

d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens descrita na Nota 10.

4. Circulante – Créditos a Receber

Esse grupo de contas contempla os valores a receber da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, no montante de R$ 2.370 mil, relacionado aos haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta, tratados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007.

5. Circulante – Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o valor a receber de R$ 2.596 mil correspondente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos.

6. Circulante – Gestão Predial

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Edifícios CIDADE I, II e IV; Secretaria de Gestão Pública – Edifícios Adélia Saliba/CIDADE III e Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP; e, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

7. Realizável a Longo Prazo – Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta "Clientes" se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 15 anos, estão constituídos de:

7.1 – Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
7.2 – Correção Monetária, do principal mencionado no item 7.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
7.3 – Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso naquele período, mais;
7.4 – Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2011.

A provisão para perdas no recebimento de créditos relativos à correção monetária por atraso no pagamento foi constituída considerando o disposto nos artigos 340, 341 e 342 do Regulamento do Imposto de Renda e motivada pelo não reconhecimento desses créditos pelas entidades do Governo Estadual no decorrer das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

8. Realizável a Longo Prazo – Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos – CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o saldo remanescente é de R$ 15.795 mil classificados em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R$ 6.206 mil foram integralizados ao capital e R$ 9.589 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. A essa rubrica se aplica os Pronunciamentos Técnicos CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos.

Saldo em 31 de dezembro de 2011	**Reserva de Capital**	**Capital Social**	**15.795**
Imóvel – Av da Saudade Campinas		4.312	
Imóvel – Pe. Camargo Lacerda - Campinas		174	
Imóvel – Rua Lidgerwood - Campinas		846	
Imóvel – Av. Pres. Wilson – São Paulo		874	
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 2	5.843		
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 1	2.349		
Redução ao valor recuperável em 2011	(395)		
Imóvel – São José do Rio Preto	42		
Imóvel – Rio Claro	1.750		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**9.589**	**6.206**	**15.795**

9. Investimento

Às Propriedades para Investimento foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento e o montante de R$ 26.700 mil refere-se ao imóvel de Cubatão R$ 7.000 mil e ao imóvel da Dante Pazzanese R$ 19.700 mil.

O valor de R$ 4.928 mil, consignado na rubrica "Outros Investimentos", refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2012	2011
Terrenos	-	11.167	11.167
Edificações	4%	2.854	2.854
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	1.378	1.277
Instalações – escritório	10%	516	516
Veículos	20%	588	588
Computadores e periféricos	20%	2.983	2.753
Equipamentos telefônicos	10%	137	137
		19.623	**19.292**
(-) Depreciação acumulada		(5.687)	(5.207)
		13.936	**14.085**

11. Intangível

Ao Ativo Intangível foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 4 (R1) – Ativo Intangível e o montante de R$ 265 mil refere-se a software.

12. Bens Penhorados em processos trabalhistas, cíveis e fiscais

Nas contas de Veículos do Ativo Imobilizado (Nota 10) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 8) constam bens penhorados em processos fiscais e cíveis em que a CPOS é parte, no montante de R$ 907 mil.

13. Contingências

A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. As contingências avaliadas com risco de perda possível ou remota estão compostas de processos cíveis no valor de R$ 52.340 mil e processos de natureza tributária no valor de R$ 42.882 mil. Às Contingências foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Risco de perda provável	**2012**	**2011**
Processos cíveis / tributários	10.032	9.400
Processos trabalhistas	275	3.356
Provisão de Contingências	**10.307**	**12.756**

14. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em novembro de 2009, a CPOS aderiu ao parcelamento de débitos com a Receita Federal, com desistência/renúncia a processos, em conformidade com a Lei federal nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009. Em 30 de junho de 2011, em cumprimento ao cronograma definido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, atendendo ao prazo estabelecido para consolidação do parcelamento, a CPOS indicou os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para parcelamento na modalidade de 60 (sessenta) meses, com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL para quitação de multas e juros moratórios.

Em 31 de dezembro de 2012, o prejuízo fiscal da Companhia está estimado em R$ 57.847 mil (R$ 58.558 mil em 2011) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, também, em R$ 57.847 mil (R$ 58.558 mil em 2011).

15. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social autorizado é de R$ 249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia.

16. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos – CPA, sendo que R$ 9.589 mil deverão ser reavaliados no momento da venda ou da realização do aumento de capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76 e eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado e os restantes R$ 1.787 mil, correspondem ao saldo de imóvel já reavaliado e vendido.

Saldo em 31 de dezembro de 2011		**11.376**
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 2	5.843	
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 1	2.349	
Redução ao valor recuperável em 2011	(395)	
Imóvel – Rio Claro	1.750	
Imóvel – São José do Rio Preto	42	
Imóvel – Campinas – Saldo Quitado	1.787	
Saldo em 31 de dezembro de 2012		**11.376**

17. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A depreciação relativa ao ajuste de avaliação patrimonial das edificações do imóvel Tangará, no montante de R$ 56 mil, foi transferida da conta Ajustes de avaliação patrimonial para a conta de Lucros acumulados, como previsto na Interpretação Técnica ICPC 10.

18. Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício de R$ 4.140 mil foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados por isso não consta demonstrada a sua alocação nas Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE e Abrangente – DRA.

19. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto no Pronunciamento Técnico nº 03 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como, ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 03, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R$ mil **2012**
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	**4.680**
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)	
Depreciação e Amortização	565
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes	0
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais)	
(Aumento) Redução em contas a receber	(11.167)
(Aumento) Redução nos estoques	(64)
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas	(116)
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	4.406
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	0
Aumento (Redução) na provisão para férias	278
Aumento (Redução) na provisão para contingências	(2.449)
IRPJ e CSLL	(540)
Total dos Ajustes	**(9.087)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.407)**

Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS – CPOS
SÃO PAULO – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS – CPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPOS, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Prejuízos Acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados, R$ 52.278 mil em 2012 (R$ 56.474 mil em 2011), representando 58,97% do Capital Social (63,71% em 2011). No exercício de 2012 apresentou lucro líquido de R$ 4.140 mil (R$ 5.006 mil em 2011), observado o aumento da receita de prestação de serviços e a manutenção do nível de despesas gerais e administrativas.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 06 de março de 2012, sem modificação na opinião.

São Paulo, 07 de março de 2013.
TGB – AUDITORES E CONSULTORES S/S
2RS003622/O-0 – "S" – SP
ANTONINHO DA COSTA SOUZA
Contador 1CRC RS – 30.935/O-5 – "S" – SP
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS**, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame da Minuta do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, aprovadas em Reunião da Diretoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 7 de março de 2013, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação do Conselho de Administração, objetivando submetê-los à deliberação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 11 de março de 2013
Benedicto Viviani
Claudia Bice Romano
Daniel Annenberg
Energita Alves Moreira dos Santos

Conselho de Administração
Julio Francisco Semeghini Neto
Presidente
Carlos Antonio Luque
Ernesto Aparecido de Albuquerque
Gustavo Gonçalves Ungaro
Raquel Iglesias Verdenacci
Roberto Meizi Agune
Sérgio Duarte Benatti

Diretoria
Ernesto Aparecido de Albuquerque
Diretor-Presidente
Luiz Antonio Lencioni Zanetti
Diretor Administrativo e Financeiro
Felipe Sartori Sigollo
Diretor de Serviços
Oswaldo Marco Junior
Diretor de Engenharia
Fábio Augusto Martins Lepique
Diretor de Gestão Institucional

Conselho Fiscal
Benedicto Viviani
Claudia Bice Romano
Daniel Annenberg
Energita Alves Moreira dos Santos

Luiz Antonio Lencioni Zanetti
Diretor Administrativo e Financeiro
Mônica Martins de Araujo – CRC nº 1SP163880/O-7
Contadora

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional